



**ALIMENTAR
AL MUNDO,
CUIDAR EL
PLANETA**

DEMANDAS DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR AIAF-2014

Após ter sido declarado 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de dezembro de 2011, e após a criação de mais de 50 comitês nacionais, representantes de organizações dos agricultores familiares de cinco continentes - África, América, Ásia, Europa e Oceania -, encontraram-se em Abu Dhabi, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2014, com o objetivo de atualizar e aprovar as demandas de fundamento que serão objeto da negociação com os governos e organismos internacionais durante todo o ano.

A Agricultura Familiar pode e deve transformar-se na coluna de um desenvolvimento rural contínuo e sustentável, criado como a parte do desenvolvimento global e concertado de cada nação, de cada povo, o desenvolvimento que protegerá o ambiente e os recursos naturais.

Não obstante, para obtê-lo, a Agricultura Familiar necessita contar com um apoio público eficaz e pleno, inexistente na atualidade na maioria dos países. Um apoio que garanta o acesso à terra, à água e aos outros recursos naturais, assim como ao controle destes, aos mercados próximos, ao crédito, ao investimento e aos serviços de extensão agrícola, assim como contar com respostas equitativas às necessidades concretas das mulheres e da juventude agricultora.

Frente às tentativas agressivas de um punhado de companhias multinacionais em obter o controle e de desenhar a produção mundial dos alimentos, o que está no jogo é, nem mais nem menos, o direito dos povos a produzir uma boa parte dos alimentos, garantindo assim sua Segurança Alimentar, um fator que os orienta pela Soberania Alimentar, elemento de importância vital.

Convencidos disso, nós, organizações de agricultores familiares – os autênticos protagonistas do AIAF-2014- conduziremos os processos dentro da Sociedade Civil nos espaços nacionais, continentais e internacionais, para assegurar que esta declaração seja uma grande oportunidade para avançar nos direitos individuais e coletivos das mulheres e dos homens agricultores familiares.

O AIAF-2014 deve constituir um marco significativo na melhoria da qualidade de vida das centenas de milhões de agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, comunidades indígenas, pecuaristas, etc., coletivos geralmente marginalizados, que além de produzir alimentos para a humanidade, somos preparados para tomar cuidado do meio ambiente. A maneira mais eficaz para terminar a fome e a desnutrição é produzir alimentos perto dos consumidores, algo que é possível com a Agricultura Familiar e não dos investidores itinerantes de grande escala.

As organizações presentes em Abu Dhabi recomendam de maneira fervente o desenho e execução de políticas específicas para o setor, tendo leis específicas que governam a

Agricultura Familiar; de modo mais flexível e que permitem que as famílias de agricultores familiares usem métodos tradicionais e a pequena escala.

Nossas demandas:

Demanda 1. Toda nação teria que ter o direito para desenvolver sua própria produção de alimento como base para sua Segurança Alimentar na rota da realização da Soberania Alimentar, considerando que a mudança climática é uma séria ameaça para a Agricultura Familiar.

A Organização Mundial do Comércio – OMC promove de maneira generalizada o comércio livre dos alimentos. No contexto atual de grandes desigualdades, nos termos de desenvolvimento e produtividade, tais políticas perpetuam a divisão atual do mundo entre países exportadores e países importadores de alimento.

Unanimemente, as organizações agrárias familiares presentes em Abu Dhabi recomendam:

- Apoiar o fortalecimento das capacidades, que incluem os saberes locais das famílias agricultoras e de suas organizações, fundamentalmente, no marco da cadeia de valor, para assim limitar o rol dos intermediários. Neste respeito, é necessário animar as famílias produtoras a se agrupar nas cooperativas a fim de aumentar sua capacidade negociadora, sua eficácia e produtividade. Também se requer para garantir um acesso equitativo ao financiamento, a tecnologia apropriada, a uma transformação do primeiro grau e a infraestruturas básicas.
- No nível das sementes, a eleição e os métodos da produção dos agricultores familiares devem ser preservados em todos os países e não se imporá nenhum método produtivo a nenhuma família do agricultor. Em todos os casos, as políticas sobre as sementes terão que considerar a tradição cultural e não serão impostas. Todos os governos terão que fazer os esforços necessários para proteger e preservar as sementes tradicionais e facilitar seus intercâmbios. Neste contexto, o rol das organizações agrárias familiares é fundamental, tanto para garantir uma apropriada implementação das normas e políticas sobre as sementes como trabalhar junto ao setor das pesquisas e os Estados no momento de estabelecer bancos de sementes para as variedades locais. Estes bancos de sementes vão garantir a multiplicação das sementes locais e facilitarão sua distribuição entre os produtores.
- No nível produtivo, é recomendável fomentar o planejamento e a diversificação da produção local, em colaboração com as organizações agrárias familiares. Deve-se dar a prioridade para agregar valor a produção local e reduzir o desperdício dos alimentos.
- No nível de comercialização, é tido que fomentar o acesso equitativo ao mercado de produtos procedentes da Agricultura Familiar e dar prioridade aos mercados locais ante os mercados nacionais. É tido que excluir a agricultura das negociações do OMC e dos acordos bilaterais do comércio livre, e implantar, sob o auspício da FAO, uma política de negociações específicas para os produtos agrícolas. Adicionado a isto, e na rota para obter um comércio mais justo, há a recomendação de se proibir qualquer prática do dumping e deve estabelecer o princípio de preferência nacional e/ou comunitária a traves das taxas. Com respeito ao assunto das reservas e das compras públicas, nós pedimos a urgente implantação de um sistema para a gestão e regulação

e no nível internacional, nós pedimos o estabelecimento das estatísticas transparentes que permitem seu controle apropriado.

Demanda 2: Os governos devem assumir como prioridade urgente a execução das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da propriedade da Terra, da pesca e da floresta, que eles mesmos aprovarem no âmbito do Comitê de Segurança Alimentar - CSA

A execução e a aplicação destas diretrizes orientadoras garantirão o acesso equitativo à terra, aos peixes e às florestas às famílias dos agricultores, dos indígenas, dos pescadores artesanais, das comunidades, etc. Também, as diretrizes orientadoras terão que também estabelecer claramente e critérios equitativos na matéria do acesso à água. As diretrizes orientadoras devem transformar-se num padrão real e eficaz. A sociedade civil fará um seguimento e uma avaliação de sua execução.

O acesso equitativo à terra é básico para o bem estar dos lares rurais, para estimular o crescimento econômico das atividades agrícolas e da pecuária, com o objetivo de reduzir a pobreza nas áreas rurais e garantir a Soberania Alimentar das nações. Para essa razão, teria que ser prioritário para os governos.

É necessário terminar com a injustiça e a distribuição desigual da terra.

A fim de obtê-lo:

- Os governos têm que garantir a transparência ao estabelecer mecanismos para evitar da forma eficaz a atual monopolização da terra.
- Deve-se respeitar a forma de vida dos povos indígenas (tradição, cultura, uso da terra) assim como seu direito à terra, protegendo com determinação as propriedades comunitárias e/ou territoriais das ameaças, tais como a incursão dos investidores estrangeiros.
- É necessário criar políticas e programas específicos para garantir o acesso equitativo à terra e outros recursos naturais dos grupos e comunidades vulneráveis, trabalhadores agrícolas e agricultores familiares sem terra.
- A terra rural deve ser protegida da excessiva urbanização e da industrialização. Também, os direitos da propriedade da terra devem permitir a co-titularidade entre o marido e a mulher e garantir os direitos dos beneficiários menores. Tudo requer o estabelecimento dos registros correspondentes da propriedade pública e a propriedade privada da terra, aquela deve ser acessível e transparente para a Sociedade Civil.
- No caso concreto da juventude, das mulheres e homens jovens agricultores, o acesso equitativo à terra é praticamente inexistente devido a sua falta e/ou o seu preço elevado ou à ausência de políticas reguladoras apropriadas. É necessário facilitar o acesso equitativo a estes recursos ao tempo que cada país tem que adaptar seu marco normativo à maneira que regule corretamente o acesso à terra das mulheres e da juventude agricultora.
- São tidos que estabelecer regulamentos nacionais e internacionais para a gerência dos recursos hídricos com a participação das organizações de agricultores familiares.

Demanda 3. Com o objetivo de promover a Agricultura Familiar, as nações onde a maioria da população é dedicada a agricultura familiar devem fazer uma assinatura transparente e apropriada dos recursos ao orçamento agrícola nacional. O mesmo critério tem que seguir para a aplicação do apoio ao desenvolvimento e aos investimentos públicos, assegurando a

participação ativa das organizações agrárias familiares assim como de outras organizações da Sociedade Civil.

- Estes recursos orçamentários devem facilitar medidas como: execução de reforma agrária, de empréstimos ao tipo baixo de interesse, de promoção dos modelos agrícolas sustentáveis, de aplicação de medidas da adaptação e de mitigação ante a mudança climática, de um maior acesso ao mercado, assim como, da melhoria do nível da tomada de decisão e da visibilidade dos agricultores familiares, em especial das mulheres e dos/as jovens.
- Será necessário implantar mecanismos participativos de seguimento e avaliação orçamentária para garantir uma transparência maior na gestão, na eficácia dos apoios na eficácia na prestação de serviços na parte dos organismos públicos.
- Os doadores bilaterais e multilaterais devem apoiar muito mais as famílias dos agricultores dos países em desenvolvimento.
- Nesse sentido, nós vemos com interesse as decisões feitas na 40ª Reunião do Comitê de Segurança Alimentar, outubro de 2013, com respeito ao investimento na Agricultura de Pequena Escala para garantir a Segurança Alimentar e a Nutrição. Nós solicitamos aos governos que executem estas decisões e, ao mesmo tempo, continuem melhorando o marco inicial de concordância com os objetivos e os resultados de AIAF - 2014.

Demanda 4: Garantir a igualdade dos direitos entre homens e mulheres que se dedicam à Agricultura Familiar. Frequentemente, as mulheres que vivem e trabalham no campo vêm se discriminando com relação ao acesso equitativo dos recursos produtivos como a terra, a água, os créditos e os serviços da extensão.

- A Agricultura Familiar é um modo da vida, uma cultura, além a ser um trabalho profissional que envolva a toda a família. As mulheres, os homens e os/as jovens jogam um papel tremendamente importante no desenvolvimento da economia local, a produção alimentaria e nos mercados locais.
- A maioria dos conflitos que surgem no âmbito da Agricultura Familiar são devido à desigualdades a que se submetem as mulheres.
- As mulheres são a coluna dorsal da produção agrícola, da cadeia de fornecimento, do acesso ao mercado e de outros aspectos, variando seu grau de implicação de uns países a outros. Tudo que nós concordamos é que as mulheres são cruciais para o sucesso da Agricultura Familiar. A discriminação salarial entre homens e mulheres é ainda tremenda e deve desaparecer.
- Com frequência, as mulheres são aquelas que fazem quase todo o trabalho relativo à produção alimentar, mas nem suas famílias nem as organizações ou governos dos âmbitos local/regional/nacional/internacional lhes reconhece como agricultoras. Nós recomendamos que se pusesse em marcha uma campanha promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT para reconhecer a agricultura como uma profissão e expandir os direitos trabalhistas a todos os membros da exploração agrária familiar e, ainda mais, para as mulheres que são as responsáveis pela maioria das funções agrícolas nos países em desenvolvimento.
- As mulheres agricultoras e suas famílias continuarão sofrendo no futuro próximo, a menos que as famílias forem permitidas para ter a propriedade da terra, e que as mulheres podem ser proprietárias ou co-proprietárias e que se reconheçam os homens e mulheres em igualdade de direitos e da responsabilidade, compartilhando dos benefícios e das ferramentas da gestão dos riscos.

- Muitos países regularam a proteção das famílias e das mulheres agricultoras, mas frequentemente são os fatores culturais aqueles que impedem a execução das leis destinadas a concluir com as desigualdades. Na conclusão, as mulheres e a exploração agrária familiar são o centro da agricultura em qualquer lugar no mundo, mas eles necessitam urgentemente do poder e da capacidade para organizar-se no nível local, nacional e internacional. As mulheres, além, necessitam melhorar sua educação, seu conhecimento sobre boas práticas agrícolas e terminar com as desigualdades de gênero; ao tempo que lhes é reconhecido como agricultoras profissionais.

Demanda 5. É necessário aprovar políticas que promovam a incorporação da juventude ao setor agrícola, tendo na consideração que a única maneira de garantir é que esta profissão seja atrativa para eles e que exista um apoio público eficaz para a Agricultura Familiar.

Os/as jovens geralmente não têm apoio educativo, formativo e políticas suficientes que lhes motive para permanecer nas zonas rurais, por isso escolhem sair de seus lares com incapacidade para continuar vivendo, criando e produzindo no campo.

- Os homens e mulheres jovens teriam que participar no desenho e execução das políticas públicas para a Agricultura Familiar, devendo ter facilidades e motivação para assumir posições de liderança dentro das organizações agrárias familiares. É necessário promover uma mudança da mentalidade e da percepção para dar preeminência à Agricultura Familiar como uma opção profissional viável e significativa. É necessário integrar a agricultura no currículo educativo, mostrando-lhe como uma atividade importante e relevante.
- É urgente analisar e resolver, em todos os países, as controvérsias sociais relacionadas com as heranças e o futuro da Agricultura Familiar. Os meios rurais não são suficientemente atrativos como para a retenção dos/as jovens. Consequentemente, é necessário fazer investimento para melhorar a qualidade de vida dos meios rurais. É necessário criar associações e redes de juventude que oferecem programas de apoio, do desenvolvimento e do intercâmbio para animar aos jovens dos espaços urbanos para se implicar no setor da Agricultura Familiar.
- É necessário garantir o acesso equitativo em créditos e em recursos naturais (terra, água, pesca e florestas) para fazer possível que os/as jovens tenham controle das rédeas da exploração agrária familiar ou encontrarem novos e, assim, garantir o relevo geracional e a sobrevivência da agricultura. Incluídos os incentivos fiscais, formação comercial e da empresa, assim como um acesso equitativo às tecnologias novas.

Nossos Compromissos

Como organizações agrícolas nacionais, continentais e internacionais, durante todo o AIAF – 2014, nós vamos tomar vantagem de toda oportunidade de participar em diálogos com nossos respectivos governos, com a finalidade de promover as demandas mencionadas previamente. Internamente, nossas organizações reforçarão os instrumentos da governança que garantem a legitimidade, representatividade, democracia e inclusão das mulheres, juventude e coletivos desfavorecidos.

Nós melhoraremos nossa capacidade de operar de maneira profissional e dar formação a nossos membros nos temas econômicos, sociais e políticos. Nós nos comprometemos em apoiar os esforços das mulheres que pertencem a nossas organizações para melhorar sua posição, criando espaços para sua ação e participação coletiva, assim como dar-lhes ajuda para reforçar seu poder para reivindicar seus direitos na terra, nos recursos financeiros, técnicos, etc.

Comprometemo-nos, de forma solidária, em promover as demandas anteriores, com a urgência e esmero correspondente, ao longo do AIAF – 2014 e adiante.

Abu Dhabi, 22 de Janeiro de 2014.